APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA AGROPECUÁRIA E CONFLITOS SOCIOESPACIAIS NO CEARÁ: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PERÍMETRO IRRIGADO TABULEIRO DE RUSSAS (PITR)

CAPITALIST APPROPRIATION OF AGROPECUARIA AND SOCIO-SPATIAL CONFLICTS IN CEARÁ: AN ANALYSIS OF THE IRRIGATED PERIMETER TABLELAND OF RUSSAS (PITR)

APROPIACIÓN CAPITALISTA DE LA AGROPECUARIA Y CONFLICTOS SOCIO-ESPACIALES EN CEARÁ: UN ANÁLISIS DESDE DEL PERÍMETRO REGADO TABLERO DE RUSSAS (PITR)

Thainá Ramos Queiroz Mourão
Universidade Estadual do Ceará (UECE)- Fortaleza/CE.
E-mail: thaina.mourao@aluno.uece.br

Felipe Rodrigues Leitão
Universidade Estadual do Ceará (UECE)- Fortaleza/CE.
E-mail: mr.feliper@gmail.com

Camila Dutra dos Santos
Universidade Estadual do Ceará (UECE)- Fortaleza/CE.
E-mail: camila.dutra@uece.br

Resumo:
A aliança entre Estado e setor empresarial acarreta impactos socioespaciais através de expropriação, uso indevido do solo, mudanças na obtenção e uso da água nos processos produtivos agrícolas, entre outros. O artigo objetiva mostrar os processos envolvidos na estrutura agrária do Nordeste e Ceará, identificando o avanço das políticas públicas voltadas ao setor hídrico e de irrigação, reconhecendo a reestruturação socioespacial em curso, direcionada à ampliação do agronegócio na microrregião do Baixo Jaguaribe, em foco o território de Lagoa dos Cavalos, onde se estabelece o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas. Nossa metodologia usou dados qualitativos e quantitativos que permitiram analisarmos os conflitos decorrentes da ação do agronegócio e das políticas de irrigação no território e concluirmos que essa configuração espacial multiplica os conflitos territoriais na região.

Palavras-chave: Agronegócio. Água. Irrigação. Conflitos. Lagoa dos Cavalos.

Abstract:
The alliance between the State and companies brings socio-spatial impacts through expropriation, improper use of the soil, changes in obtaining and using water in agriculture, among others. The article aims to show the processes involved in the agrarian structure of the Northeast and Ceará, identifying the advancement of public policies aimed at the water and irrigation sector, recognizing the ongoing socio-spatial restructuring, aimed at expanding agribusiness in the lower Jaguaribe micro-region, focusing on Lagoa dos Cavalos territory, where the Irrigated Perimeter Tableland of Russas is established. The methodology used qualitative and quantitative data that allowed us to analyze the conflicts resulting from the action of agribusiness and irrigation policies in the territory and conclude that this spatial configuration multiplies the territorial conflicts in the region.

Keywords: Agribusiness. Water. Irrigation. Conflicts. Lagoa dos Cavalos.

Resumen:
La alianza entre el Estado y el sector empresarial tiene impactos socioespaciales mediante la expropiación, uso indebido del suelo, cambios en la obtención y uso del agua en los procesos productivos agrícolas, entre otros. El artículo tiene como objetivo mostrar los procesos involucrados en la estructura agraria del Nordeste y Ceará, identificando el avance de las políticas públicas orientadas al sector de la agua y riego, reconociendo la reestructuración socioespacial en curso, dirigida a la expansión de la agroindustria en la microrregión del Bajo Jaguaribe, con foco en Territorio Lagoa dos Cavalos, donde se establece el Perímetro Regado Tablero de Russas. Nuestra metodología utilizó datos cualitativos y cuantitativos que nos permitieron analizar los conflictos resultantes de la acción de las políticas agroindustriales y de riego en el territorio y concluir que esta configuración espacial multiplica los conflictos territoriales en la región.

Palabras clave: Agroindustria. Agua. Riego. Conflictos. Laguna de los Caballos.

Introdução

A modernização da agricultura faz parte de um processo de reestruturação da produção a nível global, como reflexo de um momento da história da humanidade ao qual Santos (2014) chama técnico- cientifico-informacional, onde as relações tanto sociais, políticas e econômicas são globalizadas. Os espaços são inseridos em uma lógica de fluidez e velocidade, que tem na ciência, tecnologia e informação, elementos centrais desse processo, por meio de sistemas de engenharia que fazem parte desse circuito global.

A tecnificação no campo trouxe consequências no espaço agrário brasileiro, uma vez inserido na lógica da modernização agrícola, constrói-se um período de intensa contradição e desigualdade, gerando conflitos. A operação de novas relações sociais de produção e estabelecimento de alianças entre Estado e setor empresarial vem causando impactos de ordem social, ambiental, política, dentre outros.

Deste modo, se tornam cruciais os estudos sobre o espaço agrário brasileiro e os conteúdos que envolvem essa discussão no cenário atual, essencialmente quando é posto em denuncia o esgotamento da prática agrícola, baseada no modelo do agronegócio no campo brasileiro. A experiência de outros modelos de produção, como a agroecológica, traz ao centro das discussões a possibilidade de pensar práticas que envolvam outra percepção das ações humanas, em relação a outro modo de vida e cultura em comum com o ambiente.

O Nordeste, com a conjunção da questão agrária e o semiárido, nos revela que historicamente, através dos saberes tradicionais de convivência com o semiárido, a prática agroecológica é possível e experienciada, porém encontra limites e confronta-se ao modelo imposto pelo capital. Nesse sentido, analisamos essas dinâmicas na região do Baixo Jaguaribe, através do estudo do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR), dando foco à comunidade de Lagoa dos Cavalos no município de Russas no Ceará, identificando o avanço das políticas públicas direcionadas ao setor hídrico e de irrigação, reconhecendo a reestruturação socioespacial em desenvolvimento, direcionada à ampliação do agronegócio, vetor gerador de conflitos na microrregião e no município onde se localiza a comunida Lagoa dos Cavalos.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo apresenta outras 5 (cinco) seções: na primeira apresentamos os procedimentos metodológicos que orientaram a construção desse trabalho; na segunda nos dedicamos a discussão teórica do processo de reestruturação da agropecuária no Brasil e Ceará; a quarta e quinta seção se dedicam, respectivamente, a discutir as políticas hídricas no Nordeste brasileiro e o cenário no Vale do Jaguaribe (CE) quanto a reestruturação produtiva da agropecuária e as políticas hídricas.

Procedimentos metodológicos

A territorialização do agronegócio em alguns projetos hídricos, a exemplo do PITR, que se estende aos municípios de

Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova, municípios pertencentes ao estado do Ceará, Brasil. Trouxe à tona diferentes conflitos nos territórios compreendidos, configurando uma territorialização ideológica produtiva ligada aos interesses do capital. Nesse sentido, nossa pesquisa abrange o território de atuação do PITR, com foco nas transformações espaciais ocorrentes na microrregião do Baixo Jaguaribe, na chamada zona de Transição Norte dos Tabuleiros de Russas (DNOCS, 2012).

Para compreensão do impacto direto as comunidades circunvizinhas ao PITR, realizamos trabalho de campo e "entrevistas não estruturada clinica ou não dirigida e de uma observação participante" como exemplifica Marconi e Lakatos (2003, p. 197), aplicadas na comunidade Lagoa dos Cavalos, em Russas, Ceará, Brasil.

Para análise dos processos estudados, fez-se necessário a construção de um embasamento teórico dos processos, categorias e conceitos estudados e expostos ao longo do artigo, a partir das discussões da questão agrária e das relações socioambientais. Nesse sentido, o processo metodológico da pesquisa foi realizado a partir de conceitos e discussões advindas dessas duas categorias principais. Dados foram coletados por meio de revisão bibliográfica, de análise qualitativa e quantitativa, os trabalhos de campo foram realizados no recorte espacial abordado entre os anos de 2017 e 2018.

Apropriação capitalista da agropecuária e as metamorfoses do espaço agrário brasileiro

O atual momento da história da humanidade é marcado pela atuação maciça da ciência, tecnologia e informação, cuja ação combinada passa a ocupar posição na "[...] base da produção, da utilização e funcionamento do espaço e tendem a construir o seu substrato" (SANTOS, 2017, p. 238). Dessa forma, os espaços são requalificados a fim de atenderem os interesses de agentes hegemônicos passando a se alinharem aos movimentos internacionais (SANTOS, 2017) sob a égide de atender aos impulsos do lucro e da acumulação, onde quer que seja possível (SANTOS, 2014).

Movido por esse impulso, o capitalismo reestrutura, de forma contínua, espaços e setores da economia, de forma a atender sua busca desenfreada por acumulação. Assim, é possível entender a reestruturação produtiva como a "busca do capital por novas formas de organização do trabalho mais adequadas à autovalorização do valor" (ALVES, 2011, p. 33) impondo um novo modelo de acumulação a níveis planetários marcados por uma acumulação flexível (HARVEY, 1992) e que, a partir da mundialização do capital, passa a caracterizar-se por um regime de acumulação predominantemente financeiro (CHESNAIS, 1998).

A agropecuária não passa imune a esta reestruturação, pelo contrário, torna-se alvo de acentuado processo de modernização com a incorporação intensa de capital, tecnologia e informação, minimizando o tempo de rotação do capital (ELIAS, 2002; 2003). Este processo traz impactos tanto nos elementos técnicos quanto

sociais do meio agrário, apresentando reflexos tanto na base técnica da produção agropecuária, quanto na economia e sociedade, que podem ser sentidos no campo e na cidade (ELIAS, 2011).

Trata-se de uma nova lógica de produção agrícola que passa a se caracterizar por inúmeras transformações, as quais atingem a base técnica (inovações tecnológicas em insumos químicos, biológicos e mecânicos), política (redução das influências do Estado e maior poder das corporações globais), financeira (crescente participação do capital financeiro) e produtiva (reorganização do trabalho, e de redes empresariais) que impacta uma parte significativa da agricultura mundial pós 1990 (SILVEIRA, 2005). Esta lógica faz parte de um processo de transformação da produção agrícola mundial, onde as relações sociais, políticas e econômicas se dão de maneira globalizada, como relatado por Santos (2014, p. 16): "o que estamos vivendo agora foi longamente preparado, e o processo de internacionalização não data de hoje. O projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas".

A configuração econômica mundial vai se concentrar em uma nova dinâmica do capital, o chamado capital financeiro globalizado (STEDILE, 2013), essa esfera passa a controlar e ditar a produção agrícola, através de alguns mecanismos de controle, criando novas dependências e endividamento dos produtores rurais, tornando os camponeses trabalhadores das empresas agrícolas. Estas empresas agrícolas tendem a seguir a lógica de produção chamada de agronegócio.

A formação do agronegócio diz respeito à intensificação da apropriação capitalista da agricultura, que passa a realizar-se cada vez mais unificada aos demais setores da economia, incluindo o capital financeiro, industrial e comercial (ELIAS, 2003). Sob a égide do agronegócio, a produção agrícola passa a atender uma "referência planetária" conduzida sob as mesmas leis das demais atividades econômicas - com crescente importância do papel da ciência, tecnologia, informação e do dinheiro (FREDERICO, 2015), o que leva Elias (2003, 2017) a chamá-los de agronegócio globalizado.

No Brasil, esse conjunto de intensas modificações observadas no campo, especialmente no final do século XX e início do século XXI, juntamente com o suporte aos investimentos do agronegócio, relançam novas bases para integração do capital agrícola no campo. As ações estruturais e a inserção da economia do Brasil nas relações internacionais se inserem, a partir dos anos 1980, no que Araújo (2006, p. 36) chama de "integração competitiva", ou melhor, de "integração competitiva dos pedaços competitivos do Brasil", onde a autora faz uma análise dos investimentos estruturais relacionados às dinâmicas produtivas econômicas dos espaços atingidos por estes investimentos, como ela expõe:

> É muito fácil observar que estes investimentos foram colocados em cima de áreas dinâmicas do Brasil. Quer dizer coloca-se o investimento, fortalece-se a infra-estrutura de acessibilidade, melhora a competitividade dessas frações do espaço nacional para articulá-las à economia mundial. Essa é a grande lógica do pouco que se tem de iniciativa federal em termos de ação com impacto regional. Ela atua no sentido de levar melhorias de condição de competitividade para os polos dinâmicos (ARAÚJO, 2006, p. 36-37).

A modernização da produção agropecuária no Brasil ocorre de forma conservadora e seletiva, uma vez que prioriza os espaços melhor adaptados, e que reúnem as condições necessárias ao desenvolvimento dessas novas práticas, além disso, mantém e aprofunda históricos problemas sociais e constitui novos; não ocorre de forma homogênea, mas de forma seletiva, privilegiando e beneficiando determinados territórios e agentes nesse processo. Desta forma, criam-se regiões e territórios centrais com a modernização, chamado por Santos (2014) de regiões concentradas, e regiões e territórios periféricos a este processo.

Acerca disso, como expõe Porto (2006, p. 84), quando "modificam-se os processos produtivos, são modificados os procedimentos de atuação do Estado em potencializar o desenvolvimento e tudo isso altera as políticas regionais". Com a observada necessidade de um planejamento regional ligado à constituição de políticas públicas, com foco nos recursos hídricos, tem-se a projeção de novas estruturas na paisagem nordestina, inseridas em um cenário de mudanças econômicas e políticas, na esfera nacional e regional.

Por muito tempo o Nordeste foi encarado como um espaço arcaico da produção agropecuária moderna do país, mas a partir da década de 1980, e de forma mais especial a partir da década de 1990, passa a ter partes de seus espaços agrícolas ocupados pelo agronegócio globalizado, difundindo assim a "agricultura científica" (SANTOS, 1993; ELIAS, 2003), promovendo várias transformações socioespacias em algumas áreas (ELIAS, 2006). A modernização da

produção agrícola se espalha pelo semiárido como "pontos luminosos" (SANTOS, 2017) sobretudo em regiões de vales úmidos, cuja produção visa à exportação. Os espaços, que até então compunham o exército dos lugares de reserva, passam a ser incorporados aos circuitos produtivos de empresas nacionais e internacionais, assumindo novos papéis na divisão internacional do trabalho agrícola (ELIAS, 2006).

O território cearense, dessa forma, deve ser entendido como uma parcela do espaço total do planeta, que a partir do processo de globalização e mundialização do capital torna-se sujeito a fortes influências e exigências externas a ele, ficando cada vez menos autônomo e cada vez mais dependente e influenciável por essa economia globalizada. Neste ambiente, o discurso de uma constante renovação, modernização e avanço do campo se torna hegemônico, mas ainda resistentem históricos problemas socioespaciais, como a concentração fundiária, os quais se aprofundam e se agravam, além de novos problemas decorrentes de outros e novos processos.

Dinâmica do capital no espaço agrário nordestino: outras estruturas e funções

A constituição dos espaços dinâmicos de produção agrícola, ditos "modernos", onde prevalece a lógica de produção capitalista, beneficiam-se no uso intensivo de capital, tecnologia e informação, o que contribui para um ganho de produção muito maior em uma mesma área. No caso do Nordeste, esse cenário contribui para criar uma realidade em que se confrontam os modelos de produção do

agronegócio e de agricultura familiar, em que se "[...] criou um ambiente propício para a reprodução do capital em espaços concentrados beneficiando uma minoria, ou seja, além da concentração, estimula-se a segregação." (MUNIZ, 2004, p. 60).

Essa segregação se amplia por meio da organização e implementação das políticas públicas, pensadas em um modelo de beneficiamento à intervenção capitalista, principalmente no espaço agrário nordestino. Diante da expansão da fronteira agrícola, a questão hídrica se torna eixo central ao pensar essa expansão no semiárido brasileiro, pois como se investiriam em áreas com pouca capacidade hídrica? as soluções foram pensadas para as corporações, por meio de intervenção de novas estruturas hídricas e outros modelos de irrigação para as produções agrícolas. A partir dos anos 1980, com uma tendência econômica pautada na produção e exportação de commodities, essa configuração no campo terá característica e setores direcionados para sua expansão, o que configurará em políticas setorizadas:

> Os documentos produzidos pelo Estado, através de seus órgãos de planejamento e execução, apresentam, de forma clara, os objetivos perseguidos com os programas de irrigação no Brasil e, em particular, aqueles desenvolvidos para a região Nordeste, voltados para o aumento da produção e da produtividade, cujas orientações centrais buscam a modernização e inserção do capitalismo no campo (COELHO NETO, 2009, p. 5).

Visando regular essa expansão da irrigação no país, a legislação específica ligada a esse setor tem início nos anos 1960, especificamente em 1967, com o Decreto-Lei nº 200 em que no art. 35

cria o Ministério do Interior (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), colocando em sua competência as questões voltadas ao setor de irrigação. Porém, segundo França (2001b) o primeiro ordenamento jurídico sobre irrigação no Brasil ocorreu em 25 de junho de 1979 instaurando a Política Nacional de Irrigação.

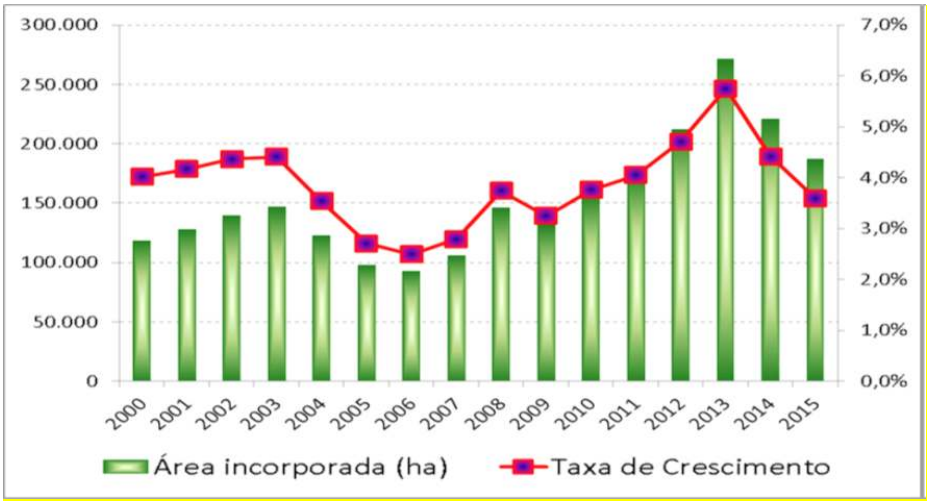
Outro órgão que marca a concepção de estudos e planejamento do setor de irrigação é a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), voltada a elaboração de políticas regionais, conferindo, segundo França (2001a, p. 45), "prioridade ao desenvolvimento da agricultura irrigada e à criação do Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA)". Ainda decorrente desse movimento, em 1986 foram criados o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) através do decreto nº 92.344, a ser implementado na área de atuação da SUDENE; e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada no Nordeste.

Esse conjunto de ações estatais de regulação e políticas públicas setoriais, contribuiu para que, entre o período de 2000 a 2003, e depois entre 2008 e 2015, houvesse um constante crescimento da taxa de irrigação (como apresentado no gráfico 1) fazendo com que, em 2016, o Brasil entrasse no ranking dos dez países com maior espaço irrigado no planeta.

Desde 2009 a incorporação de novos espaços irrigados segue em trajetória crescente no país. Conforme os dados apresentados no gráfico 1, podemos observar o ápice em 2013 quando o Brasil incorporou novos 271.786 hectares irrigados, em 2014 a queda foi 19% e em 2015 a redução da incorporação de novos espaços irrigados

foi de 15%, totalizando em 187 mil hectares as novas incorporações, porém é inegável o crescimento do setor no país, fator motivado, basicamente, pelo crescimento no uso de equipamentos de pivôs centrais nas lavouras.

Gráfico 1- Área incorporada e taxa de crescimento da irrigação no Brasil (2000 – 2015)



Fonte: Câmara Setorial de Equipamentos de Irrigação – CSEI, ABIMAQ (2016).

De acordo com o relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, da Agência Nacional de Águas (ANA), divulgado em 2016, a irrigação é a atividade responsável por 72% do consumo de água no Brasil e a técnica mais utilizada é a de pivôs centrais. Do total de aumento espacial em 2015, 105 mil hectares, ou 48% do total, foram desse tipo de equipamento para irrigação.

Os usos da água se dividem em cinco grandes setores, o mais alto uso vem da irrigação representando mais de 77% do total

consumido, ressaltando que o setor de irrigação no Brasil é voltado em sua maior parte ao agronegócio e aos grandes projetos de irrigação, ou seja, a distribuição voltada para a produção da agricultura irrigada reflete um contexto econômico, político e social no qual está inserida a questão da água no país, regada a má distribuição e exclusão dos sujeitos socias que deveriam ser a prioridade da gestão hídrica.

As obras de irrigação, modelo do agronegócio para o setor agrícola por toda a região Nordeste, especialmente grandes perímetros públicos irrigados, torna a fruticultura carro chefe na produção agrícola no semiárido. Desta forma, as tecnologias desde este período foram pensadas para adaptação às intempéries da região e para a produção em grande escala para exportação, sem levar em consideração fatores naturais, priorizando o lucro nas produções agropecuárias, como Ribeiro (2008) expõe:

> A fruticultura exportadora praticada no Nordeste brasileiro é um exemplo de emprego insustentável dos recursos hídricos, frutas exóticas foram introduzidas em meio ao sertão, onde encontra baixa pluviosidade e elevada insolação, sob alegação de que podem ser vendidas no mercado externo a preços mais competitivos devido às distâncias menores da Europa e dos EUA se comparada às tradicionais regiões produtoras dessas frutas no Brasil (RIBEIRO, 2008, p. 41).

Os perímetros irrigados no Nordeste e, por consequência, no Ceará, se constituem em signos da modernização agrícola e meio, utilizado pelo Estado, para alcançar o objetivo de suas políticas de irrigação. Para além disso, buscam, segundo Muniz (2004), a solução

de um problema político que diz respeito à reforma agrária e a concentração fundiária, ao passo que promove a distribuição de terras aos produtores; e outro de ordem econômica, incentivando a produção agrícola moderna.

Para a autora, nenhuma dessas soluções, dadas a partir dos perímetros irrigados, são realmente efetivas, ao passo que a quantidade de beneficiados pela concessão de terras nos perímetros é insignificante em relação ao universo da população rural, além de, só terem acesso ao lote de terra irrigada através do modelo de compra e venda, ou seja, quem não tem renda para compra do terreno nao tem acesso nem direito à irrigação do PITR.

Dessa forma, parafraseando Andrade (1993) que fala na existência de vários Nordestes, com profundas diferenças entre si, há vários "Cearás", em que convivem, lado a lado, modernos espaços agrícolas dotados de tecnologia e informação - como é o caso dos perímetros irrigados e espaços não modernizados. Dentre o espaço do Ceará, marcado por esse processo acentuado de modernização e políticas de irrigação, destacamos o Vale do Jaguaribe.

Capitalismo agropecuário e política de irrigação no vale do Jaguaribe: o que o Estado tem a ver com isso?

Conforme coloca Quintiliano (2008, p. 11), "a década de 1990 caracteriza-se como marco temporal na implementação de investimentos públicos no Ceará, configurando-se como mais uma fase de modernização do território cearense", modificando sua base produtiva e alinhando-se aos ditames do capital global, iniciando

uma nova trajetória reestruturante, a irrigação foi tomando outras formas e ganhando estruturas maiores e mais caras, visando se tornar mais eficiente para o capital, modificando o espaço agrário e as relações sociais que ali se estabelecem.

> O território cearense vem passando pelo quarto processo reestruturativo de sua história para realinhar-se aos ditames das políticas nacionais e internacionais e se adequar às negociações e fluxos comerciais da economia-mundo, com amplos impactos espaciais e sociais (QUINTILIANO, 2008, p. 11).

A construção de perímetros irrigados públicos federais no Ceará está ligada às inovações técnicas e às novas características do setor administrativo e político cearense, que tiveram início já no final dos anos 1950, quando o Estado inicia uma demanda de incentivos públicos, sobretudo para o desenvolvimento industrial, sob forte mediação da SUDENE. Mais tarde isto também se refletiu no setor agropecuário, com o incentivo à dinamização da irrigação na produção agrícola cearense mediante a instalação de grandes projetos irrigados.

Dos 35 perímetros irrigados administrados pelo Governo Federal sob a supervisão do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) construídos no Nordeste, 14 estão no Ceará. A região do Vale do Rio Jaguaribe foi uma das áreas escolhidas para a implementação dessa política de irrigação no estado, concentrando quatro perímetros irrigados, localizando-se nos municípios de Morada Nova, Jaguaruana, Limoeiro do Norte e Russas, "o que mostra ser esta região palco das parcerias do capital público e privado" (MUNIZ, 2004, p. 61).

A irrigação no Vale do Jaguaribe vai ser foco do agronegócio, que se territorializa nesses espaços produtivos engendrados pelo Estado. Os perímetros irrigados são a marca da reestruturação socioespacial e deixam rastros de destruição onde são instalados, já que as técnicas modernizantes são sinônimas dessa reestruturação.

> Diversos são os problemas encontrados nesses perímetros, dentre os quais a concentração da renda e da terra, as descontinuidades da assistência técnica, a desterritorialização de famílias e das comunidades, dentre outros. É desse modo que se processa a reestruturação socioespacial no campo cearense: alterações no espaço geográfico voltados aos interesses do capital, apesar da resistência e a força do lugar (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011, p. 66).

Dessa apropriação surgem os conflitos de interesses e de usos da natureza, e o Estado atua como grande intermediário desse processo, pois detêm o poder de regular e distribuir socialmente os bens advindos da natureza, sendo o principal atuante na distribuição dos bens comuns, direcionando os recursos para os diferentes grupos sociais, podendo também atuar como agente promotor desses conflitos.

Diante dos conflitos insurgentes, dessa ordem de dominação do plano material e simbólico da natureza, regidos pelo Estado, surgem os conflitos socioambientais. Estes estão ligados ao poder estabelecido de grupos sociais, que são privilegiados na relação distributiva dos bens comuns pelo Estado, ou até mesmo esses conflitos são causados por este agente público, pois como reafirmamos, este se alinha às normas do capital, produzindo e reproduzindo o espaço em prol das dinâmicas de ordem global.

O Estado está frequentemente relacionado aos conflitos socioambientais, os quais "derivam das disputas entre os diferentes grupos humanos pelo acesso aos recursos naturais ofertados pela Terra" (SOUZA; MILANEZ, 2016, p.4); além disso, o Estado detém ideologicamente a apropriação da base material, que é a natureza ou o próprio território, integrando-a numa visão social de um ambiente que o pertence, ou seja, que o mesmo deve gerir e planejar de forma regulatória, para que seja possível a distribuição justa e igualitária dos bens comuns. O que se tem é um quadro inverso a esse, uma vez que o próprio Estado possui relações diretas com o capital, já que por vezes se submete aos ditames e interesses dessa força hegemônica, assumindo o papel de um Estado burguês e capitalista, cujos interesses privados se sobrepõem aos interesses públicos e coletivos.

O cenário que se cria é de um embate de forças e interesses, em que o Estado, capitaneado por agentes hegemônicos da economia capitalista, projeta e gere as políticas públicas, de forma a atender os interesses desses agentes, promovendo uma transferência da riqueza pública coletiva para entes privados (ARAÚJO, 1995). No meio desse fogo cruzado, as comunidades tradicionais impõem sua resistência diária em prol da manutenção de suas existências locais frente à territorialização e a monopolização dos territórios, imposta pelo capital hegemônico (OLIVEIRA, 2010).

(Re)existência de comunidades rurais: o caso de Lagoa dos Cavalos

A política de irrigação no Ceará é vetor de conflitos, uma vez que, onde as obras hídricas se instalaram houve registro de conflitos dessa natureza. Todos os 14 perímetros públicos federais construídos no estado foram foco, e ainda os são, de conflitos que se dão por várias formas de expropriação, principalmente ligadas à terra, ao território, à cultura, da água, do meio ambiente, do trabalho e da saúde, pontos essenciais para a sobrevivência e atuação dos sujeitos nas relações sociais.

Os planos do Governo Federal para o aproveitamento hidroagrícola no Vale do Jaguaribe se intensificaram na década de 1960, com a elaboração do Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe, realizado pela SUDENE, corroborando para a intensificação de mais pesquisas desenvolvimentistas nos territórios. Essas pesquisas estiveram voltadas à identificação de locais mais propícios para exploração agrícola, com a construção de grandes projetos irrigados, culminando na construção de quatro perímetros na região Jaguaribana: Morada Nova (1970), Jaguaruana (1977), Jaguaribe-Apodi (1989) e Tabuleiro de Russas (2004).

O Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR) está inserido na microrregião do Baixo Jaguaribe no estado do Ceará, ocupando parte dos municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova, todavia o projeto está contido em sua quase totalidade no município de Russas. Com obras iniciadas em 1992 desenvolve-se o projeto básico em um espaço de 10.500 ha, as estruturas de

administração, operação, manutenção e serviços foram iniciadas somente em 2004 (DNOCS, 2012).

O DNOCS, órgão responsável pela obra, "grande gestor do perímetro, responsabilizando-se pelas diferentes necessidades para seu funcionamento, desde a execução das obras de engenharia" (ELIAS, 2002, p. 298), dividiu a implantação do PITR em duas etapas: as obras da primeira etapa iniciaram no ano de 1992, totalizando 10.765 hectares e a segunda, com 3.365 ha, no ano de 2008, como exposto na tabela 1.

Segundo os dados do documento regulamentar e contratual do projeto, a obra ficou a cargo da empresa Andrade Gutierrez/OAS, com o contrato PGE-45/2002, inicialmente orçada em R$ 14.155.646,62, porém com os custos finais da obra, este montante chegou a R$ 84.737.023,48, além dos aditamentos contratuais, com acréscimo de aproximadamente R$ 19,7 milhões.

Tabela 1 – Divisão espacial do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (2012)

Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas	
Espaço Desapropriado	18.915,00 ha
Sequeiro	-
Reserva Legal	3.209,28 ha
Com Infraestrutura	199,00 ha
Espaço Irrigável	15. 506,72 ha
A implantar	4. 741, 00 ha
Implantada	10. 765, 72 ha
Entregue	9. 775, 03 ha

Fonte: DNOCS (2012). Org. AUTORES (2018).

Pela tabela 1 podemos compreender a grandiosidade da obra e entender os conflitos posteriores, frente aos 18.915,00ha desapropriados, necessários para sua implementação. Quanto a ocupação desses espaços, através do agronegócio tem-se um grande número de empresas instaladas no PITR, quase todas voltadas à exportação da fruticultura irrigada. Atualmente essas empresas investem nas produções para a bananicultura e outras culturas perenes, como pode ser entendido na entrevista realizada com o gerente executivo do Distrito do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (DISTAR):

> As empresas FRUTACOR, AGRÍCOLA FAMOSA, CIALNE, LELEO, são as empresas nacionais instaladas no PITR, e MERIPOPO de origem Austríaca. Agrícola Famosa, que exporta banana é uma das maiores no PITR; a Meripopo também, tem a CIALNE, com produção de leite e utilização do pivô central para forrageira pro gado, que são os mesmos donos da marca DUDICO de produção avícola. As principais culturas são goiaba, banana, coco, abacaxi e uva ainda produzidos no PITR (Entrevista ao Gerente Executivo do DISTAR, Russas, 2018).

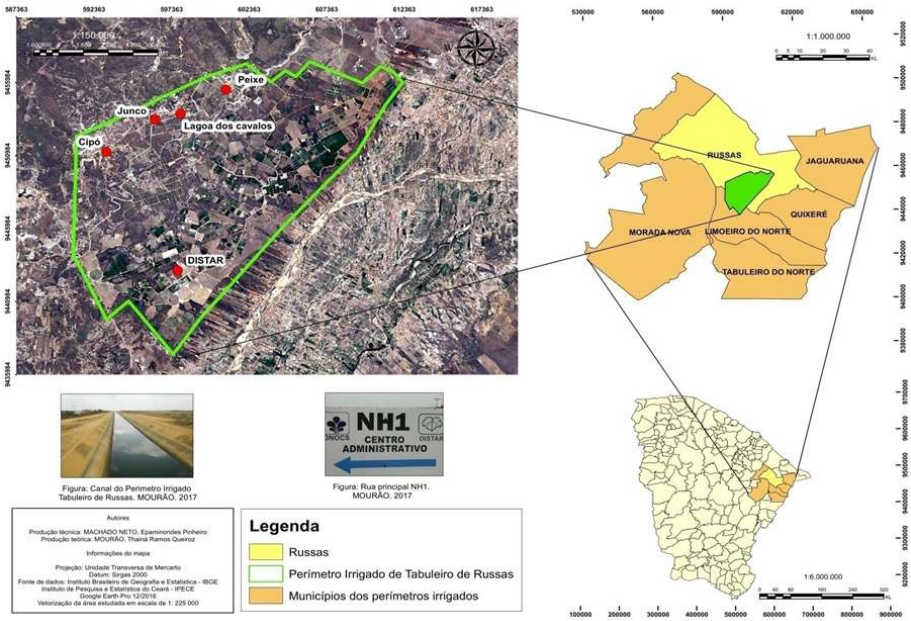
Fica claro para quem são destinados os perímetros irrigados, com presença massificante de corporações do agronegócio. Além de que, a constituição e elaboração do PITR não levou em consideração a existência de 22 comunidades tradicionais (compostas por 782 famílias) que ocupavam a região desde a década de 1930, onde desenvolviam práticas de uso sustentável dos bens da natureza, reconhecidas pelo Ministério Público Federal como atividades tradicionais (ALVES, 2012), como por exemplo a comunidade de

Lagoa dos Cavalos, sobre a qual aprofundaremos nossas análises a respeito dos impactos do PITR.

A primeira etapa do projeto de irrigação Tabuleiro de Russas atingiu 22 comunidades rurais, compostas por 782 famílias impactadas diretamente pela construção do projeto. Na segunda etapa houve a desapropriação de 306 propriedades rurais, com um contingente populacional de 67 famílias, distribuídas em 8 comunidades. A figura 1 apresenta as referidas comunidades atingidas pela segunda etapa das obras do PITR.

A segunda etapa do projeto trouxe à tona a desapropriação de Lagoa dos Cavalos, que tinha como projetyo inicial a invasão de todo o território da comunidade. Todavia, com a resistência dos moradores e organização da Comissão de Defesa e Negociação (CDN), formado pelas lideranças de Lagoa dos Cavalos, Cáritas e Associação Comunitária, com assessoria do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Russas, montaram uma estratégia de mobilização que "por meio da Associação Comunitária local, convocaram as associações das demais comunidades atingidas e, em conjunto construíram a CDN" (ALVES *et al*, 2015, p. 414).

Figura 1- Mapa das comunidades atingidas pela segunda etapa da obra do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas



Fonte: Org. AUTORES (2018).

Lagoa dos Cavalos, fica localizada no município de Russas no Ceará, é uma comunidade de 280 habitantes, distribuídos entre 79 famílias, uma média de 3,5 pessoas por domicílio (ALVES *et al*, 2015). A comunidade, segundo o relato de vida de um dos agricultores/moradores da comunidade, tem mais de 100 anos de existência, como declara: "minha família mora há anos na comunidade, minha mãe morreu em 2016 com 93 anos e ela já morava na comunidade, creio eu que a comunidade conta aí com mais de 100 anos de existência" (Entrevistado 01, Russas, 2018). Alves (2012, p. 163) corrobora com esse relato: "Tendo as quatro primeiras famílias se estabelecido entre o início do século XX e o ano de 1932, nos anos 1950 já se constituíam novos núcleos familiares (3ª geração)".

O processo de expropriação foi o mais cruel; a desinformação quanto às etapas do processo, à indenização e ao destino final dos moradores tornaram um caos toda a dinâmica das comunidades rurais próximas à implantação do projeto. Além disso, as construções iniciaram-se sem o processo de desapropriação adequado, como pode ser visto nos relatos dos moradores. "As famílias relatam que o órgão usou de diversas estratégias para 'entrar' nas terras atingidas, visto que os trâmites administrativos para pagamento de indenizações e reassentamento iriam 'atrasar' o cronograma estabelecido" (RIGOTTO *et al*, 2014, sp.).

> Em 2009 lançaram o edital e logo em seguida já começaram as obras, instalaram um canteiro de obras em bananeiras, por estratégia da empresa responsável pela obra, começaram as obras mesmo sem desapropriarem as casas, o que ficou inviável morar ali, porque as obras estavam acontecendo na frente da sua casa e você ficar ali né, ficou difícil, sobre a indenização ainda tem famílias para receber indenização, alguns não concordaram com o preço dado pelo DNOCS e recorreram na indenização (Entrevistado 02, Russas, 2017).

Diante da perda das terras de produção da comunidade, as principais atividades foram paralisadas, algumas ações da agricultura familiar ainda sobrevivem em Lagoa dos Cavalos, todavia a maioria das produções comunais acabaram, além de não restarem muitas terras para a produção integrada que costumava ser feita, principalmente das áreas de agrosilvopastoril, que eram responsáveis pelas áreas de produção em transição agroecológica e pela maior parte da economia da comunidade.

A esperança de reviver essas memórias e as vivências da época de produção familiar é muito forte nas falas dos entrevistados, que descrevem com bastante clareza os dias em que existia uma riqueza produtiva coletiva criada por eles, na agricultura familiar. As produções ainda presentes na comunidade são a apicultura, mesmo que paralisada ainda continua como projeto da comunidade, a casa de farinha e de sementes (Figura 2), atualmente ponto de encontro social da comunidade e da continuação da atividade produtiva coletiva comunitária.

Figura 2- Casa de Farinha e Casa de Sementes em Lagoa dos Cavalos



Fonte: Org. AUTORES (2018).

A apicultura, o espaço modelo de agrofloresta, a ovinocultura, o sistema agrosilvopastoril foram perdidos no processo de expropriação de suas terras, porém vivem firme na esperança da restituição das terras perdidas e da formação de uma agricultura agroecológica como realizavam antes da chegada do PITR. Isto é

notado na fala da entrevistada 4, com a exposição de suas memórias e o desejo de reconstituição de seu território:

> Um dia desses eu tava até relembrando, do tempo que nós ia colher caju pros meninos levarem para a polpa, era dois sítios do meu pai, um tinha cajueiro anão precoce que chamava, tinha outro e tinha outro aqui, naquele tempo a gente saia em cima do carro pra apanhar caju e hoje não tém né, a gente caça caju pra chupar e não tem mais e antes tinha um sitio medonho de cajueiro todo bonitinho, todo mundo tinha cajueiro, depois da expropriação foi a perca total, talvez um dia a gente veja os filhos da gente colhendo um caju, e era uma fonte de renda muito boa, porque quem tinha sitio de cajueiro pagava gente pra apanhar, as castanhas eram vendidas, o caju eram aproveitado para a polpa, era uma fonte de renda, era um período muito rico e a comunidade perdeu isso, não tem mais, hoje a gente sente o impacto realmente em tudo, o que a gente tinha estruturado, um espaço pra criar porco, galinha, a gente não tem mais espaço pra criar (Entrevistada 04, Russas, 2018).

Observamos que o Estado tem papel atuante nesse processo, uma vez que invade o território dos camponeses para expansão do projeto político, econômico, que não atua em nenhum sentido positivo para os povos que vivem nessa região impactada. Do outro lado os camponeses apresentam sua resistência, e cobram seus direitos, mostrando que ser camponês e camponesa não se trata apenas de uma forma de produzir, mas sim de uma concepção de vida. No âmago desse processo está o onipresente papel do Estado e sua face conservadora de gerir as águas e de implementar políticas hídricas, que acabam não atendendo aos interesses da população do campo.

Desta forma, entendemos que o caminho da segurança dos aspectos da vida camponesa se encontra na "valorização das identidades e do saber-fazer dos sujeitos urbanos e rurais..." (SAQUET, 2019, p. 7). Significa garantir que todos os sentidos e necessidades da vivência camponesa possa ser assegurada pelo Estado, através das políticas, programas, leis, que possibilitem a plena relação da reprodução dessa classe.

Torna-se então essencial resgatarmos a memória desses povos subalternizados, pois o que podemos constatar é a omissão de sua história, marcada por expropriações desde o início das ocupações territoriais. Diante da governança excludente, e de um Estado corruptivo, trazer à tona as memórias e a história dos povos camponeses nos leva a pensar novas formas de resistir frente à imposição desses poderes na sociedade.

Considerações finais

Os impactos que a modernização e a reestruturação socioespacial trouxeram, no que concerne à apropriação dos direitos das famílias rurais, frente ao processo de uso indiscriminado da terra e da água pelo agronegócio, têm mostrado um quadro de conflitos intensos no Vale do Jaguaribe. Além dos já destacados impactos, a venda e consequente esvaziamento dos aquíferos subterrâneos, através de obras de perfuração de poços profundos pelas empresas do agronegócio, mostram um quadro cruel para a população que vive nesses espaços produtivos.

O predomínio do agronegócio e de seus interesses, acima dos direitos populares, evidencia a necessidade de repensar a atual estrutura produtiva da agropecuária e refletir sobre as

desigualdades no espaço agrário brasileiro. Porém, repensar esses processos é lidar com uma crítica que é de ordem estrutural, confrontando um modelo alimentar pautado no envenenamento e na morte. Os conflitos destacados, os territórios invadidos a mando do Estado, contaminação dos solos, da água, dos alimentos e do corpo nos alerta sobre a necessidade de aprofundarmos as discussões sobre o espaço agrário cearense, pautado em uma estrutura fundiária conservadora e práticas ditas modernizantes que vêm destruindo a agricultura familiar e limitando o avanço das práticas agroecológicas.

Frente a tudo isso, é necessário destacarmos as práticas de (re)existências que os camponeses vêm desenvolvendo com as experiências agroecológicas e de convivência com o semiárido, nos mostrando o caminho da agricultura que prioriza a saúde ambiental e que além disso, destaca a importância da ação humana consciente, em um processo de equilíbrio ambiental. Esses camponeses, impõe suas existências como "formas de 'ruptura' com o sistema hegemônico", quer seja com suas lutas para permanecer na terra, mesmo frente às diversas investidas do agronegócio e do Estado, ou através da consolidação de diversas formas de agropecuária e de convivência com o território, constituindo verdadeiros Territórios de Esperança (MOREIRA, 2007).

Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulador. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, Maria Odete. **Mercado, arame e estado**: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/335839909_Mercado_Arame_e_Estado_recursos_comuns_e_resistencia_em_Lagoa_dos_Cavalos_no_sertao_do_Ceara>. Acesso em: 15 ago. 2019.

ALVES, Maria Odete; BURSZTYN, Marcel; CHACON, Suely Salgueiro. Ação coletiva e delegação de poder no semiárido nordestino: papel de lideranças locais e assessores externos numa comunidade rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** Brasília, v. 53, n. 3, p. 409-432, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000300409>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste, Nordestes. Que Nordeste? *In*: AFFONSO, Rui; BARROS, Pedro Luiz. (Org.). **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento.** São Paulo: UNESP, 1995. p. 125-156.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. A questão regional, o Nordeste e Celso Furtado. *In*: BERNAL, Cleide (Org.). **A economia do Nordeste na fase contemporânea**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; UFC, 2006. p.17-45.

BRASIL. Agência Nacional de Águas. **Governança, comunicação e participação social:** introdução a gestão participativa. Brasília, DF: ANA, 2016. 100 p. Disponível em: <https://capacitacao.ead.unesp.br/dspace/bitstream/ana/123/1/Apostila__Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_Gest%C3%A3o_Participativa.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2018:** informe anual. Brasília, DF: ANA, 2018. 72 p. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/portal/publicacao/Conjuntura2018.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2020.

COELHO NETO, Agripino Souza. Trajetórias e direcionamentos da política de irrigação no Brasil: as especificidades da região Nordeste e do Vale do São Francisco. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: < http://www.ub.edu/geocrit/b3w-876.htm>. Acesso em: 19 fev. 2020

CHESNAIS, François. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p. 185-212, jul. 1998. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10660>. Acesso em: 10 nov. 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (Brasil). **Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas**. Fortaleza, 20 dez. 2012. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/ce.htm>. Acesso em: 19 jan. 2020.

ELIAS, Denise. A modernização da produção agropecuária. *In*: ELIAS, Denise (Org.). **O novo espaço da produção globalizada**. Fortaleza: FUNECE, 2002.

ELIAS, Denise . A integração competitiva do semiárido cearense. *In*: ELIAS, Denise; FURTADO, J.L.S. (Org.). **Modernização excludente.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 11-36.

ELIAS, Denise . **Globalização e agricultura:** a região de ribeirão preto. São Paulo: Edusp, 2003.

ELIAS, Denise . Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA,** Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p. 29-51, jan./jul. 2006. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article /view/1442>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ELIAS, Denise . Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 13, n. 2, p.153-167, nov. 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/ rbeur/article/view/400>. Acesso em: 10 jan. 2020.

ELIAS, Denise . Agronegócio globalizado: do campo a metrópole. *In*: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia (Org.). **O espaço e a metropolização:** cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 587-509.

FRANÇA, Francisco Mavignier Cavalcante. **A importância do agronegócio da irrigação para o desenvolvimento do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001a.

FRANÇA, Francisco Mavignier Cavalcante. **Estado da arte nacional e internacional do agronegócio da irrigação 2000**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001b.

FREDERICO, Samuel. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 35, p. 68-94, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13729>. Acesso em: 10 jan. 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LIMA, Luiz Cruz; VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Os novos espaços seletivos no campo**. Fortaleza: EdUECE, 2011.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, Emília. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 10, n. 10, p. 72-93, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1424>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. **Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe:** mudanças, permanências, desafios e tendências. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004. 335f.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010. Disponível em: < http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12048>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PORTO, Edgard. As políticas de desenvolvimento regional do Brasil e seus reflexos sobre a região Nordeste. *In*: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 83-113.

QUINTILIANO, Aridenio Bezerra; LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação socioespacial do Ceará**: ações do Estado. Fortaleza: EdUECE, 2008.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia política da água**. São Paulo: Annablume, 2008.

RIGOTTO, Raquel Maria *et al.* **Dossiê perímetros irrigados perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo:** quatro décadas de violação de direitos no semiárido. 2014. Não paginado. Disponível em: <https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/>. Acesso em: 19 jan. 2020.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: USP, 2017.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Saber popular, práxis territorial e contra -hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Complexos agroindustriais, rede e território. *In*: DIAS, Leila Christina.; SILVEIRA, R. L. L. da (Org.). **Redes, sociedade e territórios.** Santa Cruz de Sul: Edunisc, 2005. p. 11-28.

SOUZA, Leandro Ricarte Castro de; MILANEZ, Bruno. Conflitos socioambientais, ecologia política e justiça ambiental: contribuições para uma análise crítica. **Revista Perspectiva Geográfica**, Paraná, v. 11, n. 14, p. 2-12, jan./jun. 2016. Disponível em: < http://e-revista. unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/15568/10496>. Acesso em: 19 jan. 2020.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil:** o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Submetido em: 30 de novembro de 2020.
Devolvido para revisão em: 23 de abril de 2021.
Aprovado em: 25 de maio de 2021.